

## PROGRAMA PARKATÊJÊ

CURSO DE FORMAÇÃO PARA OS PROFESSORES DO PROJETO DE EDUCAÇÃO E OBSERVAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO DO PROGRAMA.

Iara Ferraz  
consultora/antropóloga  
março 1991 \*

Dando prosseguimento às atividades de consultoria ao Programa Parkatêjê (Convenio CVRD 0333/91), participamos em Belém, de 12 a 15 de março, do curso de formação para a equipe de professores da rede estadual de ensino (SEDUC-PA), candidatos ao ingresso no projeto de educação desenvolvido com os Parkatêjê, sob a coordenação da Profa. Leopoldina Araújo (da UFPA).

Devido ao fato da primeira equipe de professores, constituída em meados de 1990, ter-se desligado do projeto em janeiro último, juntamente com a SEDUC-PA a coordenação do projeto de educação Parkatêjê selecionou uma nova equipe. Tal como os representantes da comunidade indígena haviam solicitado por ocasião da dissolução da equipe anterior (que os tomou igualmente de surpresa), este curso preparatório em Belém teria por finalidade apresentar e discutir o projeto, suas características, metodologia, etc. com os candidatos à participação no projeto antes de se deslocarem à aldeia, na tentativa de evitar a provável repetição do ocorrido com a equipe anterior.

Assim, nesta etapa do curso foram apresentados e discutidos com os candidatos alguns fundamentos da língua parkatêjê, noções operativas básicas da antropologia (como instrumental para a compreensão das sociedades diferenciadas), um resumo da história recente Parkatejê (com bibliografia complementar) e introdução à metodologia da construção do conhecimento a ser desenvolvida através da escola, na aldeia. Aspectos administrativos e funcionais do projeto de educação foram tratados ao final desta etapa, com a provável equipe definitiva (faltando ainda o professor de língua portuguesa).

Uma segunda etapa do curso de formação transcorreu junto à Comunidade no período compreendido entre os dias 16 e 23 de março, com a participação de seus representantes e monitores. Estranhamos o fato de a CVRD não ter liberado os recursos (passagens e estadia) solicitados para a participação de um novo monitor Parkatejê durante a primeira etapa em Belém, tal como

\* Relatório de viagem realizada a Belém e à Comunidade Indígena Parkatêjê (PA) entre 11 e 21 de março de 1991.



indicado pela coordenação do projeto de educação.

No início deste período na aldeia, os professores e a coordenação do projeto foram obrigados a estabelecer condições razoáveis de uso no alojamento recém-construído nas proximidades da aldeia (junto às instalações do Posto da FUNAI), tais como limpeza, montagem de móveis, resgate da maioria dos utensílios domésticos adquiridos no ano passado (como fogão, geladeira, panelas, etc.). Neste alojamento foram verificados inúmeros problemas relativos à qualidade da obra (ver adiante).

Só no dia 18 de março pudemos então dar início aos trabalhos relacionados ao curso de formação e ao projeto de educação propriamente dito, pondo em prática, em caráter experimental, a metodologia proposta do construtivismo. Após a seleção de um tema gerador, provindo da pesquisa de campo e do debate, ele é trabalhado em cada matéria escolar de maneira integrada e, ao final, procede-se a uma sistematização dos conhecimentos assim construídos.

Nos dois primeiros dias do curso na aldeia observou-se a ausência da responsável pelo setor de educação da administração regional (local) da FUNAI, em Marabá, que orienta as atividades desenvolvidas no primeiro segmento da escola (1ª a 4ª série) na Área Indígena Mãe Maria.

Desde a avaliação efetuada em janeiro último, a necessidade de formação de professores na própria comunidade para assumirem, progressivamente, as atividades de ensino da 1ª a 4ª séries vem sendo enfatizada pelos consultores do projeto de educação do Programa Parkatejê. Este segmento requer uma reestruturação urgente a fim de se adequar à metodologia proposta. Há cerca de seis anos a escola tradicional junto ao Posto da FUNAI foi instalada na A.I. Mãe Maria, onde o método utilizado para alfabetização distancia-se do contexto cultural dos Parkatejê, reforçando valores da sociedade dominante e, portanto, atuando como agente destruidor da identidade do grupo. A nosso ver, é incoerente desenvolver esforços para trabalhar com uma metodologia adequada àquela realidade, tal como a proposta para o chamado segundo segmento, se não houver um esforço equivalente para a sua compreensão e adoção pelos professores (e coordenadores) da FUNAI, integrando assim as atividades escolares desenvolvidas junto à comunidade.

Neste sentido, enquanto se desenvolver um trabalho de formação de professores na própria comunidade, uma medida imediata seria a introdução da língua Parkatejê no currículo do primeiro segmento, através de um monitor; junto com a alfabetização em língua portuguesa, o incentivo à oralidade em língua materna (com a utilização de audiovisuais, vídeos, etc.) poderá recuperar o seu uso efetivo, reintroduzindo-a no cotidiano também atra-



vés da escola, com o trabalho dos monitores.

Por outro lado, na vida doméstica, o estímulo aos pais para que voltem a utilizar o próprio idioma na comunicação com os filhos é um aspecto que vem sendo tratado com frequência nas conversas noturnas entre os adultos, no pátio da aldeia. Transcorridos cerca de 30 anos de contato permanente, muitos hoje entre o grupo têm consciência de que foi o desuso do próprio idioma (estimulado pela escola e pelas próprias relações do contato que privilegiam o uso da língua portuguesa) responsável pela sua "perda" entre crianças e adolescentes (cerca de 70% da população atual). E, além disso, consciência de que a permanência desta situação poderá acarretar na morte do próprio idioma, com implicações inevitáveis para a cultura parkatêjê (o que é claramente indesejado).

Uma outra questão ligada ao projeto de educação Parkatêjê que deve ser discutida detalhadamente e com visão crítica diz respeito à expectativa de continuidade de escolarização formal - realização do 2º grau - por parte dos jovens que concluíram a 8ª série de modo apressado, pois as atividades desenvolvidas no ano passado não chegaram a consolidar a proposta e tiveram, por isso, um caráter meramente experimental, a nosso ver.

A profissionalização em sociedades indígenas em contato permanente deverá ser um tema abordado no decorrer deste semestre também através das atividades da escola. Além dos monitores de educação que virão a ser formados através do Programa Parkatêjê, um rapaz foi designado pela comunidade para realizar um curso profissionalizante na Escola Agrotécnica Federal de Castanhal. Recomendamos que este rapaz receba mensalmente, através dos recursos do Programa Parkatêjê, uma bolsa de estudos (equivalente a três salários mínimos) para que possa ter condições de acompanhar o curso em Castanhal e poder deslocar-se para a aldeia nos fins-de-semana prolongados e férias, a fim de não perder contato com a comunidade de origem.

Também através dos recursos do Programa Parkatêjê, está programada a realização de um curso profissionalizante de atendente de enfermagem na Escola Paulista de Medicina (SP), a partir de 1992, por um integrante da comunidade Parkatêjê. Do mesmo modo, este estudante deverá ser mantido com bolsa de estudos em São Paulo, onde ficará aos cuidados do Dr. João Paulo Botelho Vieira Fº, consultor deste Programa para assuntos de saúde (que deverá realizar viagem à aldeia em julho próximo).



## OBSERVAÇÕES RELATIVAS AO DESEMPENHO DO PROGRAMA PARKATÊJÊ

--"Chega de boniteza! Agora eu quero a área "limpa"! " - foi assim que o chefe Krohokrenhum se referiu às prioridades do Programa em visita recente à aldeia da técnica do Convênio com a CVRD. Ou seja, enquanto recursos (?) são gastos em obras na aldeia - reformas e construções mal acabadas - prosseguem as intrusões na porção sul do território Parkatêjê, compreendida entre a aldeia e a ferrovia de Carajás. Desde o início deste convênio (ou melhor, desde o convênio anterior) a questão da proteção territorial vem sendo reiteradamente apontada por nós como prioritária, dada a vulnerabilidade às intrusões que ali se verificou desde a construção da estrada de ferro.

Enquanto os mais velhos na comunidade aguardam a atuação da Polícia Federal, da qual esperam eficiência no desintrusamento (às expensas do Programa, através de diárias para os policiais), os mais jovens criticam esta postura e acreditam que só mesmo o enfrentamento direto (com consequências imprevisíveis) poderá solucionar (ainda que temporariamente) esta situação difícil.

Por outro lado, é preocupante para os membros da comunidade a extrema demora que se verifica quanto à realização efetiva da solução oferecida no momento pela CVRD, ou seja, o recrutamento da PF para "limpar" a área e só então estabelecer um "sistema de vigilância" (?) A cada dia crescem as invasões, a ponto de haver picadas abertas na mata já muito próximas à aldeia. Foram inúmeros os relatos de membros da comunidade que, por diversas vezes desde o início deste ano, encontraram-se com "posseiros" (como são chamados os intrusos) nos caminhos de caçadas e coleta.

Enquanto a "solução" oferecida pela CVRD não se concretiza, o que ocorre é uma desmobilização da comunidade em relação à proteção de seu próprio território. Os expedientes policiais, por sua vez, traduzem-se para os intrusos como mecanismos utilizados com frequência em "terras da Vale" (grandes extensões cercadas e vigiadas) - e é assim que aquela porção acaba sendo identificada, criando um círculo vicioso e insólúvel.

Mais uma vez, foi discutida a necessidade de se por em prática o quanto antes um projeto de ocupação daquela parte do território pelos próprios membros da comunidade. A formação de roçados (recuperando áreas degradadas com a ocupação havida desde 1980 ali), plantio de culturas permanentes e rentáveis (cupuçu, castanha, etc.), além de pequenas pastagens, com circulação constante de membros da comunidade naquela área (onde ainda existem castanhais e áreas de caça) estabelecerá um sistema de vigilância efetiva baseado na ocupação do território por eles mesmos.



### A opacidade do Programa

Conforme já ressaltamos anteriormente, uma das preocupações deste Programa desde a sua concepção era com o fato de não se caracterizar de modo paternalista e autoritário. Por isso foi enfatizada - e consagrada no Convênio firmado em 1990 - a necessidade de participação efetiva da comunidade no estabelecimento de um cronograma de atividades e no acompanhamento financeiro do Programa. A prática, no entanto, demonstra hoje uma situação bastante controversa.

Antes de realizarmos esta viagem, havíamos solicitado uma cópia de um esboço de orçamento para este ano, tal como deveria estar previsto. Também não nos foram fornecidos os dados relativos aos gastos do convênio no ano passado, apesar das reiteradas solicitações dos consultores para o Programa. Estes fatores caracterizam hoje a falta de transparência na gestão do Programa, acentuando exatamente um caráter paternalista e autoritário por parte da CVRD.

Um cronograma físico-financeiro de desembolsos do Programa - onde as prioridades devem se sobressair - deve ser acompanhado pelos membros da comunidade especialmente destacados para esta atividade. Não é o fato de os recursos serem da Vale (ou seja, governamentais) que vai impedir o controle do seu dispêndio por aqueles a quem são destinados. Muito ao contrário: o princípio da transparência deve prevalecer na gestão da coisa pública.

Se antes, de parte da administração local da FUNAI, havia a predisposição de estabelecer um modo de acompanhamento financeiro do Programa com membros da comunidade, hoje ela já parece não existir. Exemplifica isto o estímulo equivocado à realização de cursos de contabilidade em Marabá (sic), apresentado pelo pessoal da FUNAI ao rapaz que, tendo concluído a 8ª série no ano passado, fora designado pelo grupo para fazer este acompanhamento. Ou seja, através de uma prática contábil concreta do Programa, em Marabá (e juntamente com o pessoal da FUNAI local) os conhecimentos <sup>seriam</sup> ~~construídos~~ neste campo de efetivo interesse para a comunidade.

A formação de um fundo rotativo com recursos do Programa para custeio de pequenas despesas de pronto pagamento, gerido pela comunidade, conforme recomendado pelo consultor financeiro, apresentaria o caráter participativo esperado.

Verificamos que há discordância entre a concepção dos membros da comunidade e representantes da CVRD no que diz respeito à necessidade de efetuar determinadas despesas, sobretudo com alimentação para a comunidade durante determinados períodos. Como pode a CVRD promover cortes em um orçamento que sequer



foi discutido com a comissão de gerenciamento do Programa? A determinação de prioridades deve partir da comunidade. A necessidade de recursos suplementares para alimentação neste período (estão plantando as mudas de cacau, durante o "inverno" chuvoso, quando a caça é pouca, o arroz ainda está amadurecendo) acaba por revelar a insuficiência dos recursos próprios (oriundos dos rendimentos da poupança bloqueada). Fatores como estes não são, no entanto, considerados pela CVRD ao promover "cortes" em despesas previstas pela comunidade - e tidas como prioritárias, sem dúvida. O desconhecimento da realidade do cotidiano numa sociedade indígena em contato permanente por parte dos técnicos do convênio pode gerar incompreensões, ao lado da "opacidade" já existente em relação ao Programa, no entender dos membros da comunidade.

É necessário reverter este quadro da gestão unilateral do Programa pela CVRD, promovendo o efetivo acompanhamento pela comunidade. Senão, todos os equívocos dos chamados "projetos de apoio" formulados pela FUNAI e objetos do convênio anterior (CVRD 059/82) correm o risco de se repetir. Vejamos por exemplo a questão das obras efetuadas - item que tanto se criticou no convênio anterior. O alojamento para os professores foi recentemente dado por concluído. Verificaram-se, no entanto, inúmeros problemas no sistema de abastecimento de água e esgotos (ou melhor, escoamento de águas servidas) já necessitando de reparos. Há muitas "sobras" de material ao redor da casa, o que evidencia desperdício. Foi feita uma reforma na casa da enfermeira que não nos parecia prevista, enquanto a sala de atendimento (ambulatório) à comunidade não sofreu qualquer reforma para ampliação ou melhorias. Já na escola (reformada no ano passado) foi desnecessariamente pintada de novo e o forro interno - que deveria ser suspenso - lá permaneceu (produzindo reverberação na sala de aula, o que dificulta a sua utilização).

No dizer de Krohokrenhum, com muita propriedade, "chega de boniteza" - ou seja, se houve priorização de obras (com as quais não se sabe quanto foi dispendido) sobre a vigilância do território, elas agora devem se inverter, bem como devem ser revistos todos os procedimentos burocráticos por parte da CVRD, de modo a adequar o desempenho do Programa a práticas de cunho participativo. Caso contrário, não será difícil repetir o fracasso do convênio anterior, onde as comunidades eram tratadas como simples objetos para a implantação de projetos. E não como sujeitos históricos neste processo de transformação que vivem atualmente os Parkatêjê.